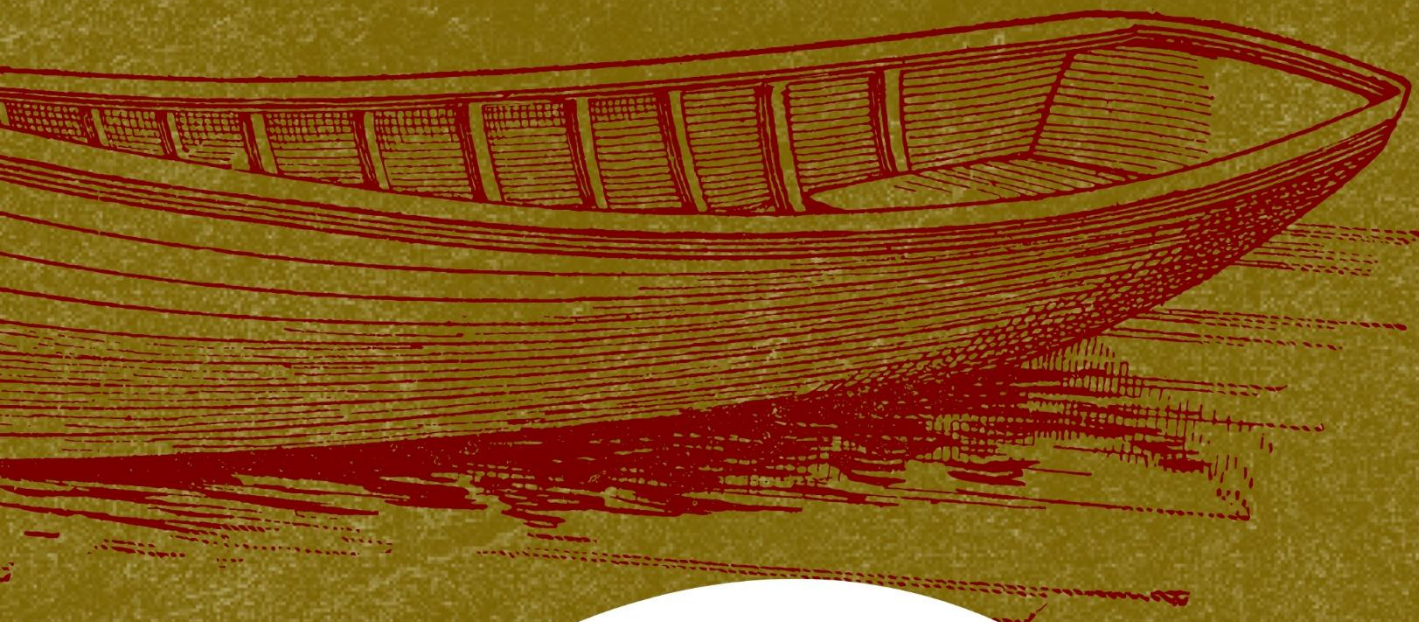
CADERNOS PEDAGÓGICOS

# PARA EQUIDADE RACIAL

## CADERNO II: AÇÕES REPARATÓRIAS



SEDUC
Secretaria de Estado da Educação

GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Ronaldo Ramos Caiado
**Governador do Estado de Goiás**

Daniel Elias Carvalho Vilela
**Vice-governador do Estado de Goiás**

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
**Secretária de Estado da Educação**

Helena da Costa Bezerra
**Secretária-Adjunta de Educação**

Alessandra Oliveira de Almeida
**Diretora Pedagógica da Seduc-GO**

Fátima Rossi
**Superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental**

Osvany da Costa Gundim Cardoso
**Superintendente de Ensino Médio**

Elaine Machado Silveira
**Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação**

Cel. Mauro Ferreira Vilela
**Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar**

Rupert Nickerson Sobrinho
**Superintendente de Atenção Especializada**

Thayane Gabriele Oliveira Lima
**Diagramação / Capa**

**Colaboradores:**
Thayane Gabriele Oliveira Lima
Eliane Cristina Soares Leobas
Valéria Cavalcante da Silva Souza

## APRESENTAÇÃO

A série de Cadernos Pedagógicos para Equidade Racial se apresentam como um recurso pedagógico para a unidade escolar, de forma que auxilie no processo de ensino e aprendizado pautado em uma educação antirracista, equitativa, justa e de qualidade. Esse processo materializa em ações os marcos legais voltados à temática, como as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

O caderno II aborda a temática de “Ações Reparatórias”, visando estabelecer a discussão racial como responsabilidade institucional, a partir e práticas concretas, não apenas como um debate simbólico e individual.

Na intenção de nortear e debater a temática dentro das unidades escolares, o material deve ser utilizado como instrumento pedagógico pelos profissionais da educação. Nesse sentido, é importante salientar que o material surge como apoio extra nas ações que as escolas já realizam, mas também com pontapé inicial para aquelas que ainda não sabem por onde iniciar.

O convite feito aos leitores é de coletividade, que construam a educação para as relações étnico raciais como um compromisso intencional, social e institucional, que consigam utilizar do seu local de destaque para aplicar, dialogar e possibilitar, junto com estudantes e colegas de profissão, uma escola efetivamente para todos, com protagonismo estudantil, valorização da identidade social e cultural de cada comunidade e compromisso com a história do território brasileiro.

É urgente vislumbrar a escola como uma instituição fundamental nos debates que moldam a sociedade, é dentro dela que estão sendo formados novos pensadores e pesquisadores, os quais motivados por princípios de equidade sejam capazes de contribuir de maneira ativa para uma sociedade mais justa.

## Sumário

1. O que são ações reparatórias? ..... 5
2. Avanços e Marcos Legais ..... 8
2.1 Âmbito Federal ..... 8
2.2 Âmbito Estadual ..... 9
2.3 Necessidade do cumprimento das leis ..... 11
3. Por que as escolas devem desenvolver Ações Reparatórias? ..... 12
3.1 Descolonização dos currículos ..... 13
4. Tipos de ações reparatórias na escola ..... 16
4.1 Pedagógicas ..... 16
4.1 Institucionais ..... 17
4.2 Valorização Identitária ..... 19
4.3 Permanência e Cuidado ..... 19
5. Divulgação de Ações: o que tem sido feito ..... 21
6. Faça você mesmo: Atividades Pedagógicas Antirracistas ..... 25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 26

## 1. O que são ações reparatórias?

Dentro do direito, as ações reparatórias servem para buscar a compensação de danos e prejuízos sofridos por alguém, por atos ilícitos praticados por terceiros, como outras pessoas, instituições e Estado. Nessa lógica, reparar faz parte do movimento de reconhecer, um está atrelado ao outro.

Na intenção de reconhecer a contribuição direta de povos indígenas, comunidades quilombolas e população negra, partimos do pressuposto de reparar erros cometidos ao longo da história. Quando reparamos, reconhecemos, valorizamos e oportunizamos a (re)construção de uma história.

Ações reparatórias partem do pressuposto de validar histórias negadas, de escuta ativa e comprometimento com elas. Essas ações são subsidiadas pelo debate teórico, mas são concretizadas a partir de ações práticas, responsabilização dos entes e compromisso das instituições e do Estado.

É preciso pensar a reparação como um processo que vai além da ação individual, é preciso enxergar de uma ótica ampla e macro, o reconhecimento de desigualdades históricas só se tornam efetivos a partir do momento que se cria estratégias para repará-las.

Historicamente, as populações negras, quilombolas e indígenas foram e continuam sendo marginalizadas, as retirando de oportunidades de crescimento, menosprezando, excluindo e violentando. Corrigir essas desigualdades históricas e sociais de maneira estrutural faz parte de ações pautadas por marcos legais, políticas públicas, medidas judiciais e práticas organizacionais que se diferenciam de ações sazonais e assistencialistas.

A reparação tem seu foco no aumento de oportunidades, na redistribuição de recursos e na responsabilização por danos históricos materiais, financeiros e psicológicos.

Quando atos violentos e de caráter proibitivos fazem com que durante anos uma determinada parte da população não tenha acesso a direitos básicos, alimentamos uma estrutura que se retroalimenta a partir da própria violência, e dentro deste ciclo, acaba se perpetuando por anos subsequentes.

Vivemos em um país que aboliu o sistema escravocrata há 137 anos, de acordo com os cálculos a maioria de jovens negros, atualmente, só possuem descendentes “livres” a partir de suas bisavós, os que antecedem esse período ainda estavam sujeitos ao regime de escravidão.




Na prática, as questões ainda se enrijecem mais, visto que o processo de abolição não acontece de uma hora para outra, pela dificuldade de se reestabelecer na sociedade, falta de emprego, moradia e subsídios para existência, mesmo com o fim da escravidão, muitas famílias negras ainda foram obrigadas a permanecer sendo escravizadas como a única maneira de existir no mundo.

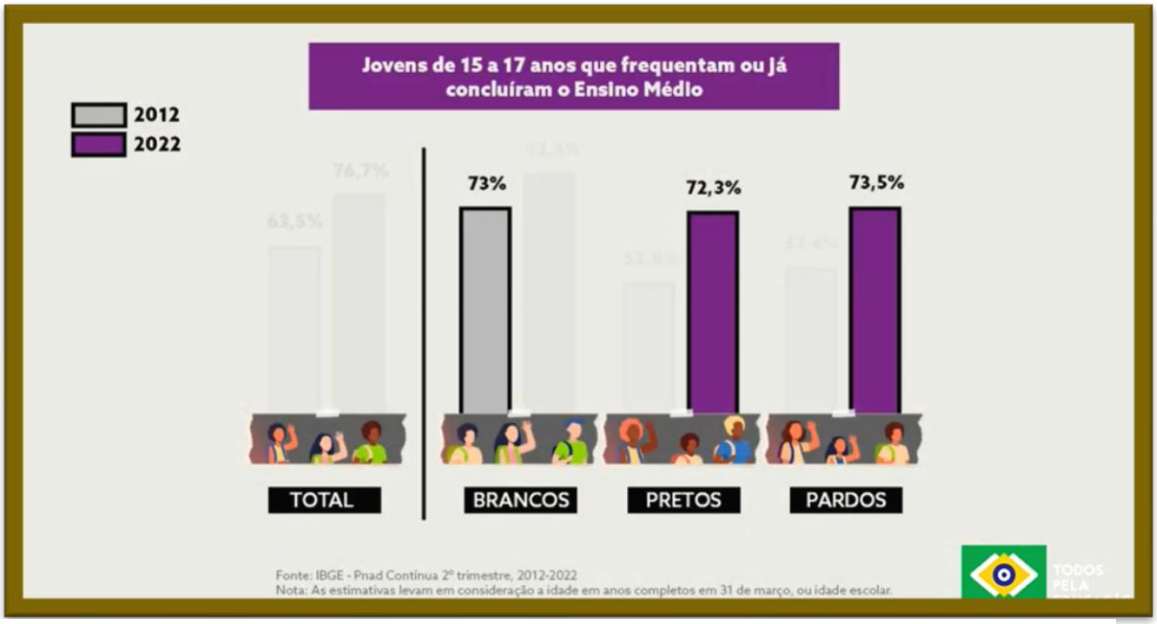



*Figura 1 - Disparidade de 10 anos entre educação de jovens negros e brancos*

De acordo com a pesquisa do Todos Pela Educação[1], os indicadores de progressão de estudantes negros possuem mais de uma década de atraso aos de estudantes brancos devido ao sistema racista que rege a sociedade brasileira. Mesmo com os avanços no âmbito da educação, é preciso olharmos com cuidado

[1] Equidade Étnico-racial na educação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eY_lbbVbYHw. Acesso em 07/05/2026.

e de maneira intencional para esses dados, entendendo que nosso trabalho deve ser realizado ainda com afinco, de maneira comprometida e cotidiana.

Não precisamos voltar tanto no tempo para ainda enxergar marcas desse processo, em agosto de 2025 uma trabalhadora doméstica de 64 anos foi resgatada após mais de 50 anos vivendo em situação análoga à escravidão na Bahia[2]. A idosa era mantida com a mesma família, sendo transferida de uma geração a outra, em condições de maus-tratos, sem poder sair de casa e sem remuneração.

Segundo a matéria do Ministério do Trabalho e Emprego no gov.br publicada em 25 de agosto de 2025, a idosa era pensionista do INSS e tinha seus benefícios retirados pela família e não recebia nenhum repasse. Quando a operação aconteceu, a idosa foi encontrada em extrema vulnerabilidade, sem dentes e acesso a tratamentos adequados.

Esse tipo de caso escancara como ainda estamos longe do caminho da reparação e do cuidado com a própria história do nosso país. Enquanto pessoas negras, indígenas e quilombolas revivem momentos de violência cotidianamente, seja de maneira direta ou indiretamente, ainda precisaremos de ações reparadoras enquanto sociedade.

A escola como uma das principais instituições da sociedade, formadora e mantenedora de princípios, acaba adquirindo um papel de extrema importância quando falamos de ações reparatórias.

Seja no silenciamento dentro dos currículos até o silenciamento dos corpos de estudantes, professores e gestores, negros, quilombolas e indígenas. Se estes não estão ativos no processo de desconstrução, a escola acaba se tornando um reprodutor de desigualdades e de atitudes violentas.

Com a presença do racismo dentro da educação brasileira, somos convocados a construir uma educação antirracista não apenas como cumprimento legal, mas como uma maneira de transformar a realidade educacional e social.

[2] Trabalhadora doméstica é resgatada após mais de 50 anos em situação análoga à escravidão na Bahia. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/agosto/domestica-e-resgatada-em-situacao-analoga-a-escravidao-na-bahia. Acesso em 18/03/2026.

## 2. Avanços e Marcos Legais

Os processos que travamos dentro da construção de uma educação mais equitativa, sem preconceitos e de direito para todos, são marcados pelas ações individuais, mas validados e consolidados a partir de marcos legais, construídos através de muita luta por aqueles que acreditam que esse espaço se faz através de várias mãos e vários corpos.

Os marcos legais e as ações realizadas dentro da esfera federal, estatal ou municipal de caráter legal, sendo determinadas a toda sociedade, não havendo possibilidade de abstenção e isenção.

Nesse sentido é importante que a escola entenda que desenvolver ações que visem uma educação mais equitativa, pautada no antirracismo, não é um movimento de "invenção", mas sim de cumprimento legal de legislação e políticas públicas.

### 2.1 Âmbito Federal

Primeiramente, é válido pontuar que a nossa Constituição Federa de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida de maneira equitativa para todos, sendo complementada em 1996, pela Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

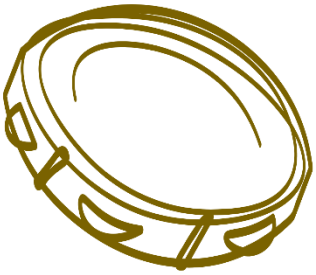
Em 2003 temos um marco legal no que tange a educação para as relações étnico-raciais, a Lei nº 10.639/03, que em 2008, pela Lei nº 11.645/08, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as etapas da educação básica, possibilitando que os conteúdos da temática sejam articulados e trabalhados nas unidades escolares de forma transversal e integrada.

No ano de 2010, foi promulgada no Brasil a Lei nº 12.288 que versa sobre o Estatuto da Igualdade Racial, visando coibir a discriminação e diminuir a desigualdade racial, incluindo a dimensão de raça nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, garantindo à população negra a efetivação da igualdade

de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O mês de agosto do ano de 2012 também vira um marco na conquista de direitos para o combate ao racismo e desigualdades sociais. No dia 29 de agosto de 2012 é promulgada a Lei de Cotas (12.711/12), que foi alterada e ampliada pela Lei nº 14.723/23, que dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

A Lei de Cotas



> [...] reserva no mínimo 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. A revisão sancionada reduz a renda familiar máxima para participar das cotas, que passa de 1,5 salário mínimo por pessoa para 1 salário mínimo por pessoa. Quilombolas passam a ser beneficiários pelo sistema. E a distribuição das vagas será feita de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando a proporção de indígenas, negros, pardos, quilombolas e pessoas com deficiência em cada unidade da federação. (Agência Senado, 2023)

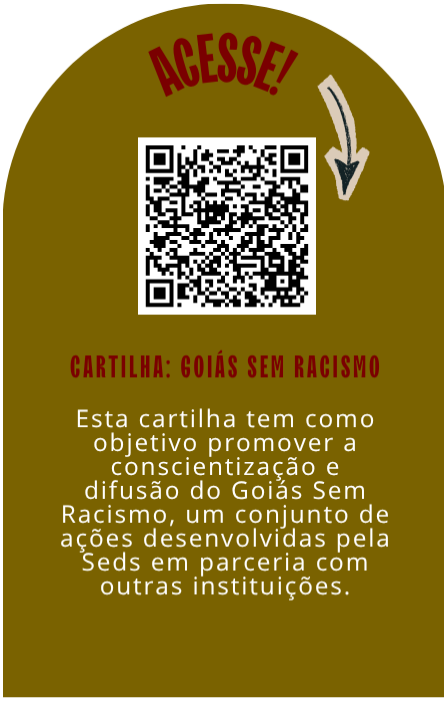
Complementares a essas, também possuímos a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 que define diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e a Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 que define diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) surge como uma ação federal mais recente, que tem como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico raciais.

## 2.2 Âmbito Estadual

O Estado de Goiás mobiliza o Programa Goiás sem Racismo, iniciativa do Goiás Social que através Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) integra

outros órgãos e entidades, inclusive a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-GO). O programa visa qualificação, divulgação de práticas antirracistas e garantia de direitos, que através uma cartilha educativa, distribuída em toda a rede estadual de ensino, crianças e adolescentes aprendem noções de tolerância, respeito, identificação de expressões e termos racistas.




Outro avanço no estado de Goiás foi a mudança nos nomes das Unidades Escolares quilombolas, do campo e indígenas, evidenciando o território a que pertencem, sendo um marco histórico de retomada, reconhecimento da identidade e valorização da identidade. O nome da unidade escolar tem a ver com o universo de valores que ela professa e valorização destes.

Com o propósito de garantir o direito de aprendizagem e a identidade das comunidades indígenas do Estado de Goiás e do Território Etnoeducacional Vale do Araguaia é que a SEUDC-GO, em parceria com Institutos de Ensino Superior – IES de Goiás e do Distrito Federal, fomenta a realização de oficinas transdisciplinares para a produção, revisão e formatação de materiais didáticos – livros, CD's, DVD's - que atenderão aos estudantes e professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas indígenas, com foco nas Ciências da Natureza, Ciências da Linguagem e Ciências da Cultura.

A produção do material de apoio didático está sendo feita por meio de oficinas pedagógicas específicas com professores das escolas indígenas situadas no Estado de Goiás e com professores indígenas de outras etnias, mas que pertençam ao Território Etnoeducacional Vale do Araguaia. Os materiais produzidos serão distribuídos para as escolas indígenas Iny/Karajá, Avá Canoeiro, Tapuia e para escolas não indígenas da Rede Estadual de Goiás que atendem estudantes de etnias habitantes do Território Etnoeducacional do Vale do Araguaia.

No ano de 2022, de forma inédita, a SEDUC/GO realizou o Concurso Público para Professor Nível III em que foram ofertadas vagas para profissionais indígenas,

quilombolas, intérpretes de Libras e instrutores de Libras e Braille, demonstrando um grande avanço no que tange a empregabilidade destes profissionais.

### 2.3 Necessidade do cumprimento das leis

Apesar dos avanços legais ainda nos deparamos com questões raciais muito latentes no ambiente escolar. De acordo com a pesquisa feita pelo CEDRA – Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais, com base nos dados da Pnad Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que reúne indicadores sobre a evolução da escolaridade de pessoas negras de 2012 a 2023, 33,2% das pessoas negras acima de 15 anos ainda estão sem ensino fundamental completo até o ano de 2023, o que eram dados observados na população branca em 2012.

Os índices demonstram avanços, mas com um ritmo insuficiente para eliminar a desigualdade racial dentro das próximas décadas. Em 2023 pessoas negras estão atingindo o nível de escolaridade de pessoas brancas em 2012.

De acordo com o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2024,



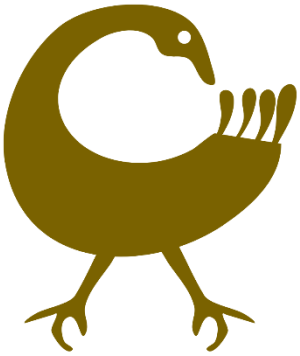
> [...] verifica-se uma mudança na distribuição dos alunos por cor/raça da etapa de creche, que, pela primeira vez, apresenta uma maior proporção de pretos e pardos (50,6%). Apesar de a mudança ser positiva, já que se aproxima da distribuição observada em etapas que possuem acesso universalizado (como é o caso do ensino fundamental), o perfil dos alunos da creche ainda difere daquele observado na pré-escola e no ensino fundamental, indicando acesso desigual por cor/raça na creche. Observa-se o maior percentual de pretos e pardos na EJA, representando 76,8% dos alunos. A ausência da informação de cor/raça apresentou queda relevante no último ano, passando de 25,5% em 2023 para 19,1% em 2024, considerando todas as etapas da educação básica. (Censo Escolar da Educação Básica de 2024, p. 21)

Os avanços são realizações palpáveis daquilo que estamos construindo no cotidiano enquanto profissionais da educação em seus âmbitos de alocação, seja nas escolas ou nas centralizadas. É importante visualizar os dados com intencionalidade, reconhecendo o que já foi conquistado, mas com consciência daquilo que ainda precisa ser feito.

## 3. Por que as escolas devem desenvolver Ações Reparatórias?

A escola é uma instituição estruturada e estruturante no que tange a sociedade. É estruturada pois, não nasce no vácuo, reflete cultura, leis e valores do período e local que está inserida. É estruturante pois, é vista como esse eixo organizacional da sociedade, ajuda a formar as pessoas que ali estão. Nos ensina normas de convivência, conhecimento técnico, como um espaço de construção coletiva, produção e compartilhamento de informações, interações sociais, interpessoais e com o meio, formação de pensamento crítico e entendimento de cidadania.

Nesse contexto, a escola não está a parte da sociedade, anda colada, se vivemos em uma sociedade que ainda dissemina preconceitos e atitudes racistas, isso vai ser expresso dentro das unidades escolares, e como profissionais do meio, é nosso dever olhar com cuidado e intencionalidade para essas questões.

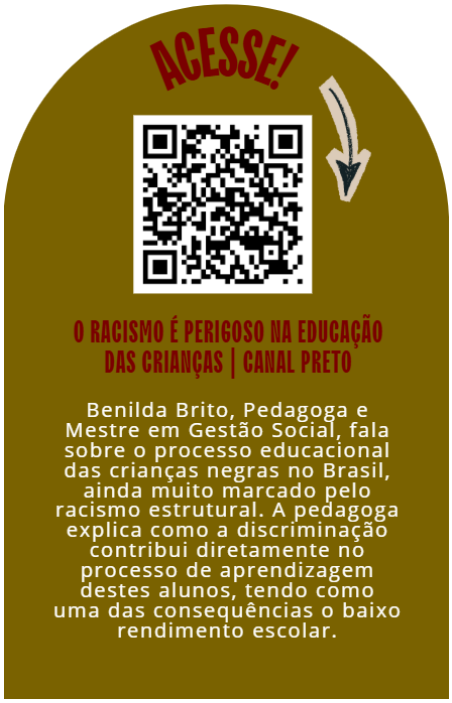


Apesar das divergências de ideias sobre o que deve ocorrer dentro da escola, alguns marcos legais já estão bem estabelecidos. A Constituição, por exemplo, estabelece no artigo 205 que a educação, como direito de todos, visa “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo seguinte, é definido como princípio para o ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Nossa Constituição faz a educação escolar soar justa e equitativa. Na prática, ainda estamos longe desse ideal. (Instituto da Mulher Negra Geledés, 2024)

Lidar com a desigualdade racial dentro da educação é qualificar o olhar, seja com estudos ou ações práticas, é preciso entender que não se discute índice de ensino-aprendizagem sem falar de raça, não se discute permanência sem pensar nos estudantes negros, quilombolas e indígenas, não se discute IDEB sem falar em racismo e não se discute avanços na educação sem trabalhar a autoestima de crianças e jovens negros, indígenas e quilombolas.

O racismo é perigoso na educação das crianças, não se limita às agressões verbais e físicas, produz consequências profundas no desenvolvimento daquele estudante, seja ele emociona ou educacional, produz efeitos na autoestima e na vida escolar da vítima. Crianças e adolescentes expostos ao racismo tendem a

apresentar queda no rendimento, insegurança e, em alguns casos, abandono escolar. (Mota, 2025)




Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), cresceram em 49% as denúncias de injúria racial em escolas nos últimos 5 (cinco) anos. A Pesquisa do Fórum da Igualdade Racial (2023) revela que 53% dos jovens negros já passaram por discriminação na escola. Dados do IPEA mostram que cerca de 60% dos estudantes negros relatam ter vivido situações de preconceito racial durante a vida escolar. (Mota, 2025)

Os dados reafirmam a persistência do problema na nossa sociedade, mas principalmente dentro do espaço educacional, reforçando a urgência de se acelerar o processo de retomada do olhar e cuidado para com as crianças e jovens racializados no nosso país.

É preciso que nós, profissionais da educação, possamos renunciar a visões pré-determinadas em currículos engessados de aulas separatistas. Todos os movimentos que fazemos no âmbito educacional que colaboram para práticas de exclusão e discriminação, atingem diretamente os estudantes negros, indígenas e quilombolas de forma violenta. Não existe possibilidade de avanço no rendimento escolar se todo modelo e exemplo que trazemos de comunidades negras, quilombolas e indígenas são negativos.

### 3.1 Descolonização dos currículos

A palavra descolonização designa um processo histórico de libertação em relação às amarras colonizadoras que foram instauradas nos territórios invadidos por colônias europeias.

Quando falamos sobre “descolonização dos currículos”, é sobre um movimento que repense quais moldes a educação foi construída e quais possibilidades temos ao perceber as contribuições e construções de povos negligenciados e silenciados

nesse processo. É repensar a partir de qual lógica os livros foram e são construídos, nossas referências, a estrutura.

Segundo Chimamanda Ngozi Adichie em seu TED - T*echnology, Entertainment, Design,* no ano de 2009[3], “Quando rejeitamos a história única, quando nos apercebemos de que nunca há uma história única sobre nenhum lugar, reconquistamos uma espécie de paraíso”.

A construção dessa “histórica única” é um projeto de sociedade que determina que a única perspectiva válida de conhecimento é a eurocêntrica, subalternizando saberes indígenas, africanos e populares. Descolonizar os currículos não significa apagar o conhecimento europeu, mas possibilitar que outros conhecimentos se façam presentes no currículo escolar.

Descolonizar é questionar as estruturas e são nelas que estão enraizados os preconceitos, silenciamentos e violências.



> Assim, os currículos passam a ser um dos territórios de enfrentamento e de disputa entre grupos hegemônicos e grupos subalternos, pois ao descolonizar o conhecimento, os currículos escolares também serão descolonizados, oportunizando que o ambiente escolar seja muito mais plural e democrático a partir da emergência de leituras de mundo plurais. (Nunes, 2019, p. 01)

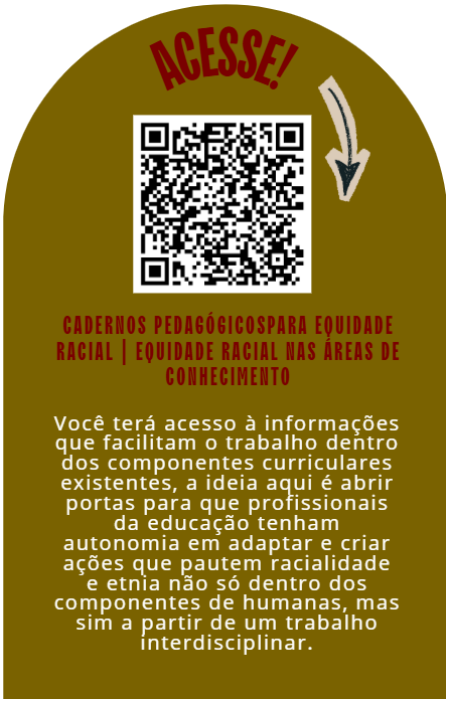
Esse tipo de ação é uma construção cotidiana e coletiva. Educadores que se permitem fazer essa reflexão são essenciais no processo de desconstrução e preconceitos dentro da escola. É preciso reconhecer e compreender o racismo como um problema estrutural e histórico do Brasil.

Nesse sentindo, é urgente fortalecer os espaços escolares com artistas, escritores, palestrantes, cientistas, negros, indígenas e quilombolas, trazer os anciões das comunidades para compor o chão da escola, as histórias do território, a valorização das construções já realizadas e as possibilidades que aqueles estudantes têm perante a sociedade.

Como auxílio para a atuação de docentes, o primeiro caderno da sequência de “Cadernos Pedagógicos para Equidade Racial” produzido pela SEDUC-GO, aborda

[3] Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg. Acesso em 12/12/2025.

a equidade racial nas áreas do conhecimento e traz sugestão de ações que podem ser feitas para que a escola dê o pontapé inicial no processo de descolonização.




É importante que você, educador, lembre que não é preciso grandes atos para a tranformação, ela é feita no cotidiano, na conversa com um estudante mais tímido, numa nova chance para aqueles que não a tem, uma possibilidade de fazer diferente e atingir diferentes nossos estudantes.

O processo de descolonização dos currículos acontece passo a passo, procure conhecer mais especialistas negros, quilombolas e indígenas de sua área, essas referências sempre nos levam a outras novas. Procure compreender o que seus estudantes consomem, muitas vezes eles mesmo tem referências nas áreas e podem contribuir com o processo de maneira ativa, sendo protagonista do próprio processo de aprendizagem.




A (re)construção de um currículo escolar para um documento mais inclusivo é pautada a partir do processo de planejamento. Não deixe para incluir uma atividade ou um pensador em suas aulas em cima da hora, não trate a temática como um trabalho extra e algo superficial e sem intencionalidade. Quando durante o planejamento estrturamos a abordagem, ganhamos não só aprendizado individual, mas compreendemos as melhores maneiras de aplicabilidade, dando propósito a nossa ação.

## 4. Tipos de ações reparatórias na escola

As ações reparatórias dentro da escola podem ser diversas, desde aquelas de cunho totalmente pedagógico, até as de integração do território, conexão com a comunidade e transformação da realidade local.

A adptação do currículo, o olhar diferenciado para episódios racistas no coditiano escolar, o posicionamento enquanto um educador antirracista, são ações que não necessariamente precisam do outro para existir, e dentro da escola, são movimentações indivuais que contribuem diretamente para a mudança de um coletivo. Reconheça que a aprendizagem profissional é um passo essencial.

Quando o profissional se compromete, o espao também muda. É preciso que crianças negras, quilombolas, indígenas, sejam vistas como parte da unidade escolar todos os dias do ano, não apenas de maneira sazonal em datas comemorativas.

As ações reparatórias tornam estes estudantes também protagonistas, contribuindo para um ambiente escolar mais plural, onde suas identidades e histórias são abordadas e validadas.

As desigualades não serão resolvidas apenas com a presença desses estudantes dentro da escola, mas sim garantindo condições de permanência e de vivencia em uma educação de qualidade, assegurados recursos financeiros, físicos e humanos.

Dentro da unidade escolar as ações reparatórias acontecem em diversas dimensões, como currículo, gestão, pertencimento, permanência e proteção. A pergunta que deve ser feita dentro de todos esses âbitos é: o que a escola faz, concretamente, para reparar as desigualdades raciais históricas e produzir equidade?

### 4.1 Pedagógicas

As ações de cunho pedagógico são voltadas para a implementação de uma pedagogia dentro da unidade escolar que considere todos os estudantes sem distinção, durante seu planejamento e execuções diárias.

Deste tipo de ação todos os profissionais da educação são responsáveis, entendendo que essa movimentação não acontece de forma unilateral, é uma construção coletiva, que parte dos entes responsáveis e se realiza no cotidiano escolar.

Aqui partimos do princípio norteador da legislação, entendendo ações reparatórias raciais como um princípio legal e não de cunho individual. As leis 10.639/03 e 11.645/08 marcam o compromisso da escola com a construção de uma sociedade mais equitativa, que reconhece seus processos históricos e enxerga nele novas possibilidades de existência.

Como profissionais da educação, também dentro das ações pedagógicas, se torna importante realizar um processo de revisão dos currículos e conteúdos para inclusão de conhecimentos e epistemologias negras, afro-brasileiras e indígenas, incluindo materiais didáticos antirracistas, pensadores e construtores negros dentro do processo de ensino-aprendizagem.

O incentivo à produção de estudantes negros, apoio nas demandas e construção de práticas menos excludentes dentro do ambiente da sala de aula, a intervenção e mediação pedagógica diante de casos de racismo dentro do ambiente escolar também são fundamentais na reparação.

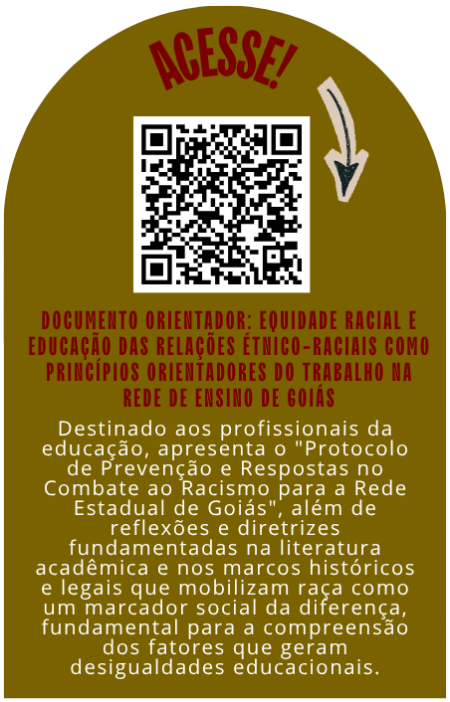
As ações reparatórias pedagógicas não são só responsabilidade daqueles que estão dentro das unidades escolares, é preciso que outros entes também sejam mobilizados, como as CRE's e Secretarias. Nesse ponto, o auxílio vem no suporte as ações que a unidade escolar realiza, mas também no compromisso com a formação desses profissionais sobre educação para as relações étnico-raciais.

Por fim, é importante sempre reiterar que essas movimentações não são "conteúdos extras", devem elas ser uma reorganização do próprio processo educativo e dos profissionais de educação.

### 4.1 Institucionais

O tópico aqui são as responsabilidades da gestão e da estrutura escolar, como a criação de protocolos institucionais de enfrentamento ao racismo. O racismo institucional opera muitas vezes de forma silenciosa e naturalizada,

portanto é preciso enxergar essas ações como estruturais e permanentes, não como eventos pontuais.




Dentro das ações que dependem da instituição, temos a construção e revisão de protocolos institucionais de enfrentamento ao racismo, compreendendo que é uma função e obrigação da instituição se responsabilizar e se manifestar em caso de racismo dentro das unidades escolares. Para auxílio nesta demanda, a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/GO, possui o “”, que dentre as temáticas abordadas apresenta o “Protocolo de Prevenção e Respostas no Combate ao Racismo para a Rede Estadual de Educação de Goiás.”[4]

É importante que a temática étnico-racial seja considerada dentro dos planejamentos das unidades escolares, não de maneira sazonal, entendendo que quando planejamos, se torna mais exequível do que quando apenas encaixamos em um momento vago, garantindo a intencionalidade, o comprometimento e recursos para realização. Os Planos de Ação e Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das unidades devem ser revisados e adequados.

Dentro desse processo de reconhecimento do racismo institucional é preciso reconhecer de quem é feita a instituição escolar, garantindo também a inclusão da comunidade dentro dos debates da escola, seja em uma reunião de pais, em um momento de confraternização. É preciso, enquanto instituição, que se criem aliados na luta, reforçando os compromissos e responsabilidades com a comunidade escolar e não apenas os docentes.

É preciso que a escola não seja omissa, que acompanhe e monitore os marcadores raciais e sociais dentro das unidades, para auxílio podem ser criados

[4] Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1qrgVP_1_i15bCIk2bL73xuwdZ0rY3j61/view?usp=drive_link. Acesso em: 08/05/2026.

grupos de estudo, núcleos, coletivos ou trabalho em pares para que se desenvolva de maneira mais concisa os debates e compartilhamento de conhecimento entre os profissionais.

## 4.2 Valorização Identitária



*Figura 2 - Arquivo próprio. Colégio Estadual Quilombola Manoel Libânio*

Aqui é importante que o enfoque esteja no pertencimento, autoestima, memória e reconhecimento de estudantes e profissionais negros, quilombolas e indígenas com o ambiente escolar. Reparar significa reconstruir narrativas que historicamente foram negadas, oprimidas e inferiorizadas.

Nesse processo é importante que a escola enxergue o seu espaço como fundamental no processo de reconstrução dessa representatividade, seja nos murais, livros, brinquedos, seja nos espaços de escuta a estudantes negros, quilombolas e indígenas.

A valorização da identidade e da história vai além da celebração em datas comemorativas, é um trabalho contínuo, que incentive a construção positiva da identidade racial, possibilitando espaços de expressão e escuta destes estudantes, projetos com artistas e lideranças semelhantes a eles, resgate da memória e história local das comunidades.

## 4.3 Permanência e Cuidado

As ações que são desenvolvidas ao longo do processo colaboram diretamente para a permanência e cuidado de estudantes negros, indigenas e quilombolas dentro das unidades escolares. Porém, entendendo que esse processo é permeado

por vários outros, também é necessário pensar medidas para garantir que esses estudantes permaneçam, aprendam e estejam protegidos de maneira mais direta.

É preciso que a escola desenvolva um olhar atento no acompanhamento dos estudantes em vulnerabilidade, desenvolva estratégia de prevenção à evasão e ao abandono, mediando e construindo uma escuta ativa e qualificada para conflitos e situações de racismo.

Essas estrategias são construídas a partir do coletivo, o lugar aqui não é de responsabilização de um ente ou outro, mas sim todos com enfoque naqueles que merecem a atenção, nossos estudantes.

Outro lastro importante de ser pensado nesse processo de permanência, é que o apoio psicossocial esteja sensível às questões raciais, entendendo-as como uma violência, não diminuindo-as nem lidando como “brincadeiras de crianças”, mas reiterando e atuando como uma violação de direitos e violência direta com estudantes vítimas.

A segurança alimentar também é de extrema importância no cuidado e na luta conta a evasão, a garantia das refeições realizadas dentro da unidade escolar pode ser um grande recurso nessa luta.

A permanência de um estudante dentro da unidade escolar é intrínseca a sua vida em sociedade, por isso é importante a aproximação da escola com a comunidade e com a realidade dos estudantes que ali estudam. Entender como as famílias se organizam, o que aqueles estudantes consomem de arte, esporte, um diálogo direto.

Por fim, provamos a veracidade do provérbio africano “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.” É importante a garantia e valorização do vínculo escola, família e comunidade, compreendendo que a criança é responsabilidade de toda sociedade e não de uma pessoa só.

## 5. Divulgação de Ações: o que tem sido feito

Nesta seção, focaremos em mostrar o que tem sido feito pelas unidades escolares, na intenção de dar visibilidade aos trabalhos, mas também mobilizar, inspirar e influenciar outras unidades a realização de ações e atividades.




Todo material exposto é retirado dos relatórios de acompanhamento enviados pelas unidades escolares no Drive[5].

No CEPI São Tomaz de Aquino promoveu um conjunto de atividades interdisciplinares com o objetivo de ampliar a compreensão dos alunos sobre equidade racial e a valorização dos povos indígenas.

As atividades foram realizadas de forma integrada entre diferentes componentes curriculares, especialmente Matemática, Língua Portuguesa e História.

Em Matemática, os estudantes trabalharam com dados estatísticos relacionados à população indígena e às desigualdades raciais no Brasil, desenvolvendo habilidades de interpretação de gráficos e tabelas.

Em Língua Portuguesa, houve foco na leitura, na produção textual e na análise crítica de diferentes gêneros relacionados ao tema.

Já em História, os estudantes aprofundaram seus conhecimentos sobre a trajetória dos povos indígenas e as questões históricas envolvendo a equidade racial.

[5] Drive PNEERQ. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1aBnxBXZzG1QF3yFe_amwaG2lr8UjoKoq. Acesso em 08/05/2026.



*Figura 3 - Acervo Pessoal. CEPI São Tomaz de Aquino*

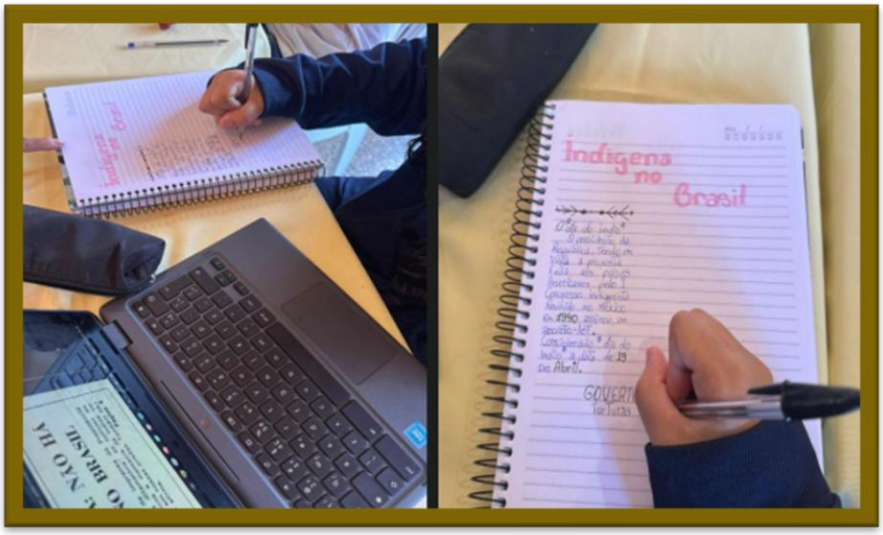



*Figura 4 - Acervo Pessoal. CEPI São Tomaz de Aquino*

O Colégio Estadual Quilombola Boa Nova desenvolveu o projeto “Carnaval na Escola” no mês de fevereiro, com o objetivo de promover o conhecimento e a valorização da cultura brasileira por meio do estudo das origens do samba e das tradições afro-brasileiras relacionadas ao carnaval, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural, do respeito à diversidade e da valorização da ancestralidade.

Durante o período que antecedeu o Carnaval, foram realizadas diversas atividades pedagógicas envolvendo momentos de pesquisa, diálogo, reflexão e participação ativa dos estudantes. Inicialmente, os professores desenvolveram em sala de aula atividades de pesquisa e estudo sobre o samba, abordando suas origens históricas, suas influências africanas e sua importância na construção da cultura brasileira.

Um dos momentos mais significativos do projeto foi a participação da merendeira Joana Darc, integrante da comunidade escolar, que contribuiu com uma fala sobre ancestralidade e origens quilombolas. Durante sua participação, ela compartilhou conhecimentos e vivências relacionadas às tradições culturais afro-brasileiras, ressaltando a importância de reconhecer e valorizar as raízes históricas e culturais presentes em nossa sociedade.




*Figura 5 - Acervo Pessoal. Colégio Estadual Quilombola Boa Nova*

O CEPI Bartolomeu Bueno da Silva foi executado nas aulas de Eletiva, o Projeto "Diversidade que Ensina: Promovendo Reflexão sobre Raças e a Valorização de todas as vidas", com a Professora Gilda Mara. Os estudantes foram levados a refletir sobre sua identidade, compartilhar experiências, conhecer autores e artistas negros e indígenas, analisar criticamente os discursos midiáticos e propor ações práticas de valorização da diversidade na comunidade escolar.




*Figura 6 - Acervo Pessoal. CEPI Bartolomeu Bueno da Silva*

Outra ação interessante foi realizada no Colégio Estadual Jacy Paraguassu Fadul. A proposta foi realizada de modo interdisciplinar entre as disciplinas de

História e Geografia, conduzida pelos professores Suely Aparecida Passos e João Elter Borges Miranda. Intitulada “Caminhos da Equidade”, seu objetivo principal foi promover a reflexão sobre as desigualdades raciais no Brasil e incentivar práticas de equidade dentro da comunidade escolar.

O trabalho foi dividido em três etapas principais: 1. História: análise dos fatos e períodos que contribuíram para a formação das desigualdades raciais no país; 2. Geografia: estudo da distribuição populacional e dos indicadores sociais da população negra, com base em dados de fontes oficiais, como o IBGE e o Atlas da Violência; 3. Ação transformadora: elaboração de propostas práticas voltadas à promoção da equidade racial no contexto escolar e comunitário. Como produto, os alunos criaram o “Mapa da Equidade”, um mural coletivo com textos, infográficos e frases reflexivas, aberto à visitação de toda a escola.




*Figura 7 - Acervo Pessoal. Colégio Estadual Jacy Paraguassu Fadul)*




*Figura 8 - Acervo Pessoal. Colégio Estadual Jacy Paraguassu Fadul*

## 6. Faça você mesmo: Atividades Pedagógicas Antirracistas

Atividades Pedagógicas

ANTIRRACISTAS

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

**PLANO DE APRENDIZAGEM**

*Ancestralidade e Botânica: A Ciência dos Saberes Tradicionais"*

- **Objetivo:** Reconhecer a contribuição de cientistas e saberes tradicionais africanos e afro-brasileiros na botânica, agricultura e medicina natural, combatendo o racismo científico.

- **Passo a Passo da Atividade:**
- Levantamento de Saberes: Inicie perguntando sobre chás, remédios caseiros ou alimentos que os alunos conhecem e utilizam (ex: dendê, quiabo, babosa, capim-santo).
- Pesquisa Científica pelos estudantes:
  - Plantas trazidas de África ou disseminadas por populações escravizadas (quais ecossistemas elas ocupam? Como se reproduzem?).
  - A trajetória de cientistas negros na área da biologia, agronomia ou medicina.

- **Sugestões Extras:**
- Horta de Plantas Medicinais/Alimentícias: Cultivar, em vasos ou na horta da escola, espécies como o andiroba, jaborandi, babosa ou alimentos como o inhame.
- Produção de Fichas Técnicas: Criar fichas botânicas que contenham o nome científico, o nome popular e a "história" da planta, destacando seu uso cultural e medicinal.

**PLANO DE APRENDIZAGEM**

*Oficina de Narrativas "Minha História, Minha Voz*

- **Objetivo:** Promover o reconhecimento identitário, autoestima e o letramento racial, utilizando a literatura afro-brasileira como ponto de partida.

- **Passo a Passo da Atividade:**
- Leitura e Debate: Inicie com a leitura de um conto ou poema que traga a perspectiva da cultura negra, como os do livro ***"Caderno de rimas de João"***, de Lázaro Ramos. Discuta como a identidade do personagem é construída e a importância da valorização de seus traços culturais.
- Roda de Conversa (Oralidade): Proponha que os alunos compartilhem memórias familiares ou histórias de superação, focando em elementos que trazem orgulho da sua ancestralidade e vivência.
- Produção de Texto (Escrevivência): Peça que os alunos escrevam uma "escrevivência" (escrever a própria vivência). O tema pode ser "Um momento em que me senti orgulhoso(a) de quem sou" ou "Uma tradição da minha família".
- Socialização e Valorização: Crie um varal de textos ou um sarau na sala de aula para que os alunos leiam suas produções, garantindo um ambiente de escuta ativa e respeito.

Atividades Pedagógicas

ANTIRRACISTAS

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

Atividades Pedagógicas

ANTIRRACISTAS

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

## PLANO DE APRENDIZAGEM

*Descobrindo o número π através dos tambores do Congado*

**Objetivo:** Ressaltar algumas manifestações da cultura africana, em especial o Congado; Encontrar a aproximação do valor do número π; Usar a geometria para construir alguns segmentos de comprimento irracional.

- **Passo a Passo da Atividade:**
  - A aula será ministrada em dois momentos.
    - No primeiro momento, levantaremos questões a respeito manifestações culturais herdadas pelos nossos ancestrais negros.
    - O segundo momento, ao chegarmos nos tambores utilizados no Congado, partiremos para a parte da Matemática.

- **Acesso a sugestão completa:**

**Página 48.**

## PLANO DE APRENDIZAGEM

*Terra-Mar (Moçambique)*

- **Objetivo:** Desenvolver a agilidade, o equilíbrio dinâmico e a coordenação motora grossa; Valorizar a cultura moçambicana, localizar o país no mapa africano e discutir a relação das populações litorâneas com a natureza.

- **Passo a Passo da Atividade:**
- Utilize uma fita crepe ou um giz para traçar uma linha reta no centro da sala/quadra.
- Designe um lado da linha como "TERRA" e o outro como "MAR".
- Antes de começar, mostre onde fica Moçambique no mapa da África. Explique que Moçambique possui um litoral extenso e o mar é fundamental para a subsistência (pesca) e cultura do país. Diga que a brincadeira reflete esse movimento constante entre o chão firme e as águas do Oceano Índico.
- O professor grita os comandos de forma aleatória: "Terra!" ou "Mar!". Ao ouvir "Mar", todos devem pular para o lado designado como mar. Ao ouvir "Terra", pulam para o lado da terra.

- **Sugestões Extras:**
- Use palmas ou um tambor. Duas batidas rápidas significam "Mar", uma batida lenta significa "Terra".
- Comandos Cruzados: Se o professor disser "Peixe", pula para o Mar. Se disser "Árvore", pula para a Terra.

Atividades Pedagógicas

ANTIRRACISTAS

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AGENCIA Senado. Sancionada ampliação da Lei de Cotas. Acesso em 07/04/2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/14/sancionada-ampliacao-da-lei-de-cotas.

BRASIL. Resolução N° 5, de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica, 2012.

BRASIL. Resolução N° 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica, 2012.

BRASIL. Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Diário Oficial de União, 2008.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. O papel da escola para promover equidade. Acesso em 10/0/2026. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-papel-da-escola-para-promover-equidade/.

MOTA, Juliana. Racismo nas Escolas: Quando a Violência Racial Interrompe o Futuro, Acesso em: 07/04/2026. Disponível em: https://videira.ifc.edu.br/blog/2025/11/19/racismo-nas-escolas-quando-a-violencia-racial-interrompe-o-futuro/.

NUNES, Mayana. Descolonização do currículo: por uma escola de mundos plurais. Acesso em: 07/04/2026. Disponível em: https://lunetas.com.br/descolonizacao-do-curriculo/#:~:text=S%C3%B3%20assim%20os%20profissionais%20da,cotidiano%20da%20sala%20de%20aula.&text=Quais%20voc%C3%AA%20acredita%20que%20sejam,negros%20e%20ind%C3%ADgenas%20%C3%A0%20margem.